



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3.885/2025 – 1Doc**

**1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

1.1. Para o funcionamento adequado da frota de veículos desta SEMSA/PMO, há necessidade de substituição regular dos pneus para garantir a segurança dos condutores e passageiros dos veículos utilizados por esta Secretaria Municipal de Saúde, caso não haja devido reparo poderá ser ocasionado acidentes, derrapagens e eventuais problemas que poderiam ser evitados com a adequada troca dos pneus.

Nesse sentido, pneus desgastados ou inadequados podem representar um risco significativo para a segurança dos motoristas e passageiros. Porém, é crucial garantir que os pneus utilizados em todos os veículos da frota atendam aos padrões de segurança necessários.

A substituição adequada contribui para a utilização dos veículos no uso das atribuições da administração municipal, isto é, conforme acontece o desgaste natural dos pneus, faz-se necessária a substituição por novos, com a finalidade do bom funcionamento dos automóveis e manutenções preventivas/corretivas.

Portanto, essa necessidade não atende apenas demandas imediatas, mas sim todas aquelas necessárias para a manutenção regular e contínua das atividades administrativas rotineiras e serviços ofertados pelo SUS.

**2. ÁREA REQUISITANTE:**

<b>ÁREA REQUISITANTE:</b> Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA
<b>SETOR REQUISITANTE:</b> COORDENAÇÃO DOS MOTORISTAS-SEMSA
<b>RESPONSÁVEL:</b> CHARLIE DA SILVA COELHO – Coordenador dos Motoristas – Portaria nº 013/2021-GAB/SEMSA/PMO.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. O objeto enquadra-se como bem comum com fornecimento continuado, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Os requisitos considerados para a contratação se justificam pela necessidade de aquisição de, através de empresa que seja no ramo pertinente ao objeto, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente. Nesse sentido, para a contratação em questão se faz necessário, ainda, o atendimento dos seguintes requisitos:

- 3.2.1. Que a empresa apresente toda a documentação legal necessária para comprovar sua regularidade, de acordo com o disposto neste ETP e no Termo de Referência;
- 3.2.2. Que a contratada forneça os produtos de acordo com as especificações e quantitativos exigidos, estando sua aceitação condicionada a devida fiscalização, não sendo aceito produtos cujo as condições não estejam aptas ao uso;
- 3.2.3. Os pneus deverão ser plenamente compatíveis com os veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo ambulâncias, veículos leves e utilitários, observadas as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, garantindo desempenho adequado às condições de tráfego urbano e rural do Município de Oiapoque, especialmente quanto à aderência, estabilidade, resistência ao desgaste e segurança operacional.
- 3.2.4. Os pneus automotivos a serem fornecidos deverão ser novos, (não serão aceitos pneus com materiais reciclados, remanufaturados, recondicionados, remodelados, renovados, reformados,



recauchutados ou oriundos de qualquer outro processo similar) de borracha, de primeira qualidade (primeira linha);

- 3.2.5. Que atenda aos termos, diretrizes e critérios estabelecidos pelo INMETRO - Portaria n.º 544, de 25/10/2012 do INMETRO;
- 3.2.6. Atenda as especificações técnicas mínimas e quantidades constantes neste ETP;
- 3.2.7. Que o Selo de Certificação do INMETRO deverá ser apostado no produto, de forma legível, na parte lateral do objeto.
- 3.2.8. Os pneus deverão estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT e Resoluções do CONAMA;
- 3.2.9. Os pneus deverão possuir padrão de qualidade e durabilidade compatível com as principais marcas de mercado.
- 3.2.10. Deverão ser observados critérios de sustentabilidade, nos termos do art. 144 da Lei n.º 14.133/2021, incluindo o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010) e a adoção de práticas que contribuam para maior durabilidade dos produtos e redução de impactos ambientais.
- 3.2.11. A contratada deverá seguir o padrão sobre o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei n.º 12.305, de 2010. Resolução CONAMA n.º 416/2009, Instrução Normativa n.º 09/2021 e normas correlatas.
- 3.2.12. Só será admitido o pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, de acordo com as classes, nos termos da Portaria INMETRO n.º 379/2021;
- 3.2.13. Os produtos deverão atender às normas técnicas vigentes, especialmente às exigências do INMETRO e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis.
- 3.2.14. O ETP deverá definir as especificações mínimas dos pneus, incluindo dimensões, índices de carga e velocidade, tipo de construção e aplicação compatível com os veículos da frota.
- 3.2.15. Deverá ser avaliada a compatibilidade dos pneus com os veículos oficiais da SEMSA/PMO, observando os manuais dos fabricantes dos veículos.
- 3.2.16. Deverá ser considerada a estimativa de quantitativos necessária para atendimento da demanda durante o período de vigência da contratação.
- 3.2.17. O ETP deverá contemplar análise de riscos da contratação, incluindo riscos de fornecimento, qualidade do produto e impactos na prestação dos serviços de saúde.
- 3.2.18. A contratação deverá prever garantia mínima dos pneus, conforme práticas de mercado e legislação aplicável.
- 3.2.19. O fornecimento deverá ocorrer dentro dos prazos definidos no ETP, de modo a não comprometer a operação da frota da SEMSA/PMO.
- 3.2.20. O ETP deverá indicar que a contratação observe critérios de sustentabilidade, sempre que aplicável, conforme a legislação vigente.
- 3.2.21. A solução proposta no ETP deverá estar alinhada às diretrizes orçamentárias e à disponibilidade financeira da SEMSA/PMO.
- 3.2.22. Que a empresa forneça produtos de alta qualidade, sem falhas ou quaisquer outras avarias que possam prejudicar ou impedir o seu uso.
- 3.2.23. Os Pneus Novos serão requisitados mediante a competente Ordem/Requisição de Compra expedida pela CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede da SEMSA/PMO, situada na Rua Getúlio Vargas, n.º 425, Bairro Paraíso, CEP: 68.980-000, Oiapoque/AP, no horário de 08h:00Min às 12h:00Min e 14h:00Min às 18h:00Min, ou em outro local devidamente designado pela CONTRATANTE, em dias úteis.
- 3.2.24. A CONTRATADA, deverá entregar os Pneus novos no prazo de até 48h. (quarenta e oito) horas,



contadas do recebimento da Ordem/Requisição de Compra.

**3.2.25.** A fiscalização e aceitação do objeto ficará a cargo de servidor da Unidade Administrativa da SEMSA/PMO que será devidamente nomeado como fiscal do contrato mediante Portaria.

**3.3.** O transporte, a entrega e o descarregamento dos produtos são de responsabilidade da CONTRATADA e devem ocorrer exclusivamente às suas expensas, incluindo as despesas com frete, pessoal, taxas, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.

**3.4.** Os produtos entregues deverão vir acompanhados da respectiva Nota Fiscal, devendo ser entregue ao fiscal designado pela SEMSA.

**3.5.** Os produtos somente serão considerados entregues definitivamente após a verificação de todos os parâmetros necessários para o seu aceite (tais como qualidade, quantidade, compatibilidade, autenticidade, e outros que se fizerem necessários) e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada por servidor designado pela SEMSA.

**3.6.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da contratação.

**3.7.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

**3.8.** Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios delineados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes ao objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas aplicáveis a espécie.

**3.9.** Além dos requisitos acima elencados, a CONTRATADA deverá comprovar sua habilitação para a contratação mediante apresentação dos seguintes documentos:

**3.9.1. PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**3.9.1.1.** Cédula de identidade do empresário (no caso de empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa Ltda), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

**3.9.1.2.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa Ltda), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima), comprovando a inscrição para com a Fazenda Federal.

**3.9.1.2.1.** É facultada a apresentação da prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), se a numeração do mesmo estiver explícita na cédula de identidade.

**3.9.1.3.** Inscrição de Microempreendedor Individual-MEI; ou

**3.9.1.4.** Requerimento de Empresário, no caso de empresa individual; ou

**3.9.1.5.** Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI; ou

**3.9.1.6.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

**3.9.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**





**3.9.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal.

**3.9.2.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver.

**3.9.2.3.** Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e "Previdenciária", comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e INSS, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014 (Ministério da Fazenda).

**3.9.2.4.** Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da Pessoa Física/Jurídica, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

**3.9.2.5.** Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da Pessoa Física/Jurídica, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

**3.9.2.6.** Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

**3.9.2.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### **3.9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**3.9.3.1.** Para aferição da qualificação técnica a empresa deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto e apresentar:

**3.9.3.1.1.** No mínimo 01(um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneceu produtos iguais ou similares ao objeto, em períodos sucessivos ou não por um prazo mínimo de 01(um) ano.

**3.9.3.1.1.1.** Sendo o atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, a assinatura do representante legal deve ser reconhecida firma em cartório competente.

### **3.9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**3.9.4.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**3.9.4.1.1.** Os documentos descritos no Subitem 3.9.4.1. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**3.9.4.2.** Os documentos descritos nos subitens 3.9.4.1 e 3.9.4.1.1 poderão ser substituídos por declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo proponente dos índices econômicos previstos no Processo de contratação direta.

**3.9.4.2.1.** Para se valer da Declaração descrita no subitem 3.9.4.1.2 a proponente deverá apresentar Certidão de Habilitação Profissional do responsável pela declaração prestada.

**3.9.4.3.** Certidão Negativa de Feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**3.9.4.3.1.** Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a comissão exigirá que a proponente apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação;

**3.9.4.3.2.** A proponente em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação



judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos para a contratação.

**3.9.5. Serão ainda exigidos para fins de habilitação:**

**3.9.5.1. Declaração Conjunta de que a CONTRATADA:**

- a) Não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no art. 14 da lei federal nº 14.133/2021;
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargo para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Cumpre com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da constituição federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso, ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. Salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
- d) Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas;
- e) Não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar no dia 02 de outubro de 2015, conforme lei federal nº 9.504/1997 e 12.232/2010; e
- f) Comunicará ao município qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar as situações acima declaradas.

**3.9.5.2.** Declaração que o(s) empresário / sócio(s) / dirigente(s) / responsável(éis) técnico(s) não é(são) servidor(es) público(s) do Município de Oiapoque/AP.

**3.9.5.3.** Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

**3.9.5.4.** Declaração de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação.

**3.9.5.5.** Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto.

**3.9.5.6.** Declaração de Enquadramento na Condição de ME ou EPP, se for o caso.

**3.9.5.7.** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.9.6.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

c) Consulta à relação de inidôneos, mantida pelo tribunal de contas da união – TCU (em nome da empresa licitante e socio majoritário);

d) Consulta ao cadastro nacional de condenações cíveis por atos de improbidade administrativa, mantido pelo conselho nacional de justiça (em nome da empresa licitante e socio majoritário).

e) Consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU.

**3.9.6.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



**3.9.6.2.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**3.9.6.3.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**3.9.6.4.** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**3.9.6.5.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**3.9.6.6.** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**3.9.6.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**3.9.6.8.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**3.9.6.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**3.9.7.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

**4.1.** Diante da eminente necessidade do objeto deste ETP, o levantamento de mercado tem o intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensa contratação que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob os aspectos da conveniência, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público. Assim, em pesquisa sobre o panorama para o objeto deste ETP, a Administração Pública em geral costuma adotar uma única opção para o objeto deste ETP, qual seja:

**4.1.1. Aquisição de Pneus novos:** Nesse tipo de solução a Administração contrata uma empresa para o fornecimento do objeto, ficando sob a responsabilidade da mesma o custo total do fornecimento como: transporte, entrega, seguro, etc. Além, disso os ônus referentes aos salários e demais encargos sociais e trabalhistas de seus empregados correrão por conta única e exclusiva da mesma, não gerando qualquer tipo de vínculo com a Administração contratante. Essa solução é a mais adequada para atender as necessidades apresentadas no presente processo, porquanto não verificamos outra(s) solução(ões) que possam atender ao objeto.

**4.2.** Foram feitas, ainda, pesquisas através de sites de outros Órgãos públicos municipais para contratações similares, no intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Assim, a partir dessas pesquisas, constatou-se, inclusive, que para a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, diversas entidades públicas adotam os seguintes modelos de contratação:

**4.2.1. Adesão a Ata de Registro de Preços:** Nesse procedimento o Órgão Não Participante ao verificar a compatibilidade do objeto com uma Ata de Registro de Preços válida e vigente, comprova a





vantajosidade em aderir a ARP, solicita autorização do Órgão Gerenciador e da empresa detentora da ARP acerca da possibilidade para a adesão. Esse tipo de procedimento apesar de ser célere e vantajoso não se adequa, portanto, a presente contratação em virtude de não terem sido encontradas Atas de Registro de Preços válidas e vigentes que contemplem todos os itens e quantitativos que compõem o objeto do presente ETP.

**4.2.2. Pregão para Registro de Preços:** Nessa modalidade a administração licita os bens para uma futura e eventual aquisição dos produtos. É assinada uma Ata de Registro de Preços onde serão registrados os preços da licitante vencedora, não tendo a administração a obrigação de adquirir os produtos. Esse tipo de contratação, apesar de ser a mais rotineira e a que atende de forma geral as necessidades da Administração, no momento não é a mais viável em termos de celeridade e economia, porquanto o tempo necessário para sua instrução e finalização retardariam o atingimento da finalidade a que se destina a contratação.

**4.2.3. Pregão:** Nessa modalidade a administração licita os bens e se obriga a adquirir os produtos da empresa vencedora do certame. Esse tipo de contratação, assim como a do subitem anterior, não é a mais viável em termos de celeridade e economia, porquanto o tempo necessário para sua instrução e finalização retardariam o atingimento da finalidade a que se destina a contratação.

**4.2.4. Contratação Direta por Dispensa de Licitação em razão do valor:** Nesse tipo de contratação a administração formaliza um processo de contratação direta com fundamento no Art. 75, Inciso II da Lei n.º 14.133/21, é selecionada uma empresa do ramo pertinente ao objeto que apresente a proposta mais vantajosa para a Administração e que o valor proposto esteja enquadrado no referido artigo da NLLCA. Esse tipo de contratação por ser mais célere e apresentar vantajosidade econômica para SEMSA/PMO, é a que mais se adequa a presente contratação em razão da estimativa do valor da contratação estar dentro do limite legal permitido e considerando a estimativa de valor do objeto, a urgência na reposição dos pneus e a necessidade de garantir a continuidade e a segurança dos serviços prestados pela SEMSA, essa modalidade revela-se a mais adequada ao caso concreto, por apresentar maior celeridade procedimental e vantajosidade econômica para a Administração.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

**5.1.** A descrição da solução como um todo, abrange a Contratação de Empresa para Aquisição de Pneus Novos para atender as demandas da Frota de Veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Oiapoque.

**5.2.** Considerando as características de utilização, os quantitativos e prazo necessários para atendimento das demandas e o valor estimado da contratação, conclui-se que a melhor opção e a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da legalidade, eficiência, finalidade pública, oportunidade, continuidade do serviço público e conveniência da Administração Pública, é a contratação de Empresa para Aquisição de Pneus Novos, mediante contratação direta através de Dispensa de Licitação, fundamentada Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, tendo em vista que, a partir da realização deste Estudo, essa solução é a mais viável e vantajosa do ponto de vista técnico/operacional, econômico, bem como atende aos princípios da legalidade, celeridade e eficiência.

**5.2.1.** No presente caso, sugere-se a dispensa de licitação sem disputa. A sugestão aqui trazida decorre do fato de que a “possível” potencial economia obtida em uma disputa não compensa o custo processual que está diretamente proporcional ao tempo gasto no processo administrativo de contratação. Isso porque, na dispensa com disputa exige-se um prazo mínimo de 4 (quatro) dias, sendo 1 (um) dia para cadastrar a divulgação do aviso e mais 3 (três) dias para a finalização da disputa. Portanto, a “potencialidade” do desconto a ser obtido na disputa não compensa o aumento do custo processual, tornando a Dispensa com disputa “deficitária”.



5.2.2. Por outro lado, a Administração deverá valer-se de propostas de empresas do ramo pertinente ao objeto para aferição da proposta mais vantajosa para Administração Pública, a fim da obtenção do melhor preço. Além do mais, o valor estimado da contratação servirá de base para verificação da proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, a realização da dispensa de licitação sem disputa não interferirá do ponto de vista técnico e econômico na vantajosidade a ser obtida pela CONTRATANTE.

5.2.3. Conforme autoriza o §4º do Art. 7º da Instrução Normativa SEGES n.º 65/2021 "Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o **caput** poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa". Neste caso, a presente pesquisa poderá servir de base para aferição da proposta economicamente mais vantajosa.

5.3. Tendo em vista o prazo para a contratação (Subitem 5.3 do DFD), a inexistência de processos com o mesmo objeto para o presente exercício financeiro, bem como o valor estimado, verifica-se que a presente contratação não representa fracionamento de despesa.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

6.1. Os quantitativos estão descritos, conforme tabela abaixo:

ITEM	CATALOGAÇÃO CATMAT		DETALHAMENTO DO PRODUTO	UND	QTD
	GRUPO	CÓDIGO			
1.	577	264581	Pneu 265/70 - R16 82T (5 PICK-UP)	UND	20
2.	577	275586	Pneu 165/70 - R14 82T (2 KWID)	UND	08
3.	577	344268	Pneu 175/65 - R14 82T (1 MOBI)	UND	05
4.	577	293802	Pneu 225/70 - R16 84T (1 AMBULÂNCIA)	UND	05
5.	577	313136	Pneu 110/90 - 17 (1 MOTO)	UND	03
6.	577	344502	Pneu 245/70 R16 (1 S10)	UND	05
7.	577	269566	Pneu 225/75 - R16C (2 VAM)	UND	10
TOTAL DE PNEUS					56

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Em consonância aos procedimentos que norteiam a Administração Pública, em especial o §1º do Art. 23 da Lei n.º 14.133/21, foi realizada pesquisa de mercado a fim de elaborar orçamento estimado para contratação, com o objetivo de identificar quais os valores praticados no mercado para o objeto pretendido.

7.2. Nessa perspectiva, tendo em vista a necessidade de pesquisa de preços em avença a solicitação de **Pneus Novos**, foi elaborado o respectivo Relatório Pesquisa de Mercado.

7.3. A estimativa de preço foi realizada mediante pesquisa direta com empresas do ramo pertinente ao objeto, através de solicitação formal de cotação, com fundamento no Art. 23, §1º, Inciso IV da Lei n.º 14.133/21 e Art. 5º, Inciso IV da Instrução Normativa n.º 65/2021, a seguir transcritos:

*"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

*§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o*





valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

(...)

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;”.

“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

(...)

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.” (Grifo nosso).

7.4. A escolha das empresas para realização da pesquisa de preços se fundamentou primeiramente em virtude do Município de Oia Poque não dispor, ainda, de Banco de Preços; em segundo lugar em razão de que muitas vezes os valores obtidos através da pesquisa no site painel de preços ou em contratações similares efetuadas por Órgãos da Administração Pública estranhos ao Município de Oia Poque não refletirem a realidade de mercado desta municipalidade. Portanto, a escolha das empresas se baseou na regionalidade, na facilidade de acesso ao mercado e no potencial custo/benefício a ser obtido, atendendo, dessa forma, aos princípios constitucionais que vinculam a Administração, em especial o da legalidade, eficiência, economicidade, celeridade, etc.

7.5. No tocante, a metodologia aplicada para a definição do preço estimado foi adotada como base a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme normativo inserto no Art. 6º da Instrução Normativa n.º 65/2021, abaixo transcrito:

**“Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.”**

7.6. Nesse contexto se justifica a metodologia com o objetivo de dispor de uma estimativa de preço que esteja condizente ao praticado no mercado, cujo valor médio global foi de **R\$ 60.696,67 (sessenta mil, seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos)** conforme Mapa de Pesquisa de Mercado que compõe os autos do presente processo. Registra-se que a pesquisa foi elaborada pela equipe de planejamento.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO:**



8.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea “b”, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

8.2. O agrupamento em lote, no presente caso, é uma medida tendente a propiciar contratação mais vantajosa, considerando a indiscutível economia em se firmar um único contrato, considerando que os custos administrativos de preparação do ajuste, publicações, preenchimento de formulários e outros, seriam multiplicados no caso de parcelamento, devido ao número maior de empresas envolvidas, gerando prejuízo desnecessário para a Administração, visto que os pneus podem perfeitamente ser fornecidos por uma única empresa. O agrupamento ainda evitará que se pague repetidamente os custos administrativos embutidos nos preços cotados, diante da possibilidade de oferta de menor preço pelo fornecedor que apresente proposta que englobe todos os itens do lote. Por essa razão, o agrupamento em lote propicia a economia de escala e a facilidade de contratação e não prejudica a competitividade do certame.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

9.1. Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9.2. Não se verifica a existência de contratação similar realizadas até o período de 12 meses anteriores a data do presente ETP.

## 10. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. O objeto deste ETP encontra-se previsto no Plano de Contratação Anual do Município de Oiapoque, compondo o Item 270 da área Consumo/Material do Plano de Contratação Anual do Município de Oiapoque.

## 11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Com a aquisição de pneus novos para a frota da Secretaria Municipal de Saúde de Oiapoque/AP, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- a) **Segurança e Confiabilidade Operacional:** A substituição adequada dos pneus assegura melhores condições de dirigibilidade, estabilidade e frenagem dos veículos, reduzindo riscos de acidentes e falhas mecânicas, especialmente em razão das condições das vias urbanas e rurais do Município.
- b) **Continuidade das Ações e Serviços de Saúde:** A manutenção da frota em condições adequadas de uso garante a continuidade dos serviços essenciais de saúde, tais como transporte de vacinas, deslocamento de equipes multiprofissionais, ações de vigilância em saúde, campanhas de vacinação e apoio logístico às unidades de saúde, evitando interrupções decorrentes de veículos inoperantes.
- c) **Eficiência Administrativa e Economicidade:** A aquisição de pneus novos contribui para a redução de custos com manutenções corretivas emergenciais, diminui o tempo de indisponibilidade dos veículos e prolonga a vida útil da frota, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos e maior eficiência na gestão administrativa.
- d) **Adequação às Condições Locais de Uso:** Os pneus adquiridos, compatíveis com os veículos e adequados às condições de tráfego do Município de Oiapoque, possibilitam melhor desempenho em vias pavimentadas e não pavimentadas, assegurando maior mobilidade das equipes de saúde em todo o território municipal.
- e) **Melhoria da Qualidade do Serviço Público Prestado:** Com veículos em condições adequadas de circulação, a Secretaria Municipal de Saúde amplia a capacidade de resposta às demandas da população, contribuindo para um atendimento mais ágil, seguro e eficiente, em consonância com os princípios da continuidade e da eficiência do serviço público.



## 12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE AO CONTRATO:

**12.1.** Verificação da Disponibilidade Orçamentária comprovando a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa decorrente da contratação, nos termos da legislação orçamentária vigente.

**12.2.** Indicação e identificação dos servidores que irão atuar como fiscal e gestor do contrato, após a devida identificação dos mesmos, deverá ser formalizada a respectiva portaria de designação, a qual deverá ocorrer em momento anterior ou concomitante a assinatura do contrato.

## 13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

**13.1.** A Contratada deverá promover práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com as normas legais aplicáveis a espécie, tais como:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

**13.2.** Além das práticas de sustentabilidade elencadas no subitem 13.1. a Contratada deve comprovar, ainda:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**13.2.1.** A comprovação dos critérios exigidos nas alíneas de “a” a “d” poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

**13.2.2.** Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação aos critérios acima exigidos, a SEMSA/PMO poderá realizar diligências para a verificação da adequação dos equipamentos e materiais às exigências solicitadas, correndo as despesas por conta da Contratada.

## 14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

**14.1.** Considerando os pontos listados a seguir:

✓ A contratação alinha-se às necessidades/finalidades da Administração e é viável do ponto de vista econômico, financeiro, bem como atende aos princípios da eficiência, celeridade, economicidade, conforme demonstra este ETP.

✓ As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com a demanda prevista.

✓ No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável.





✓ As estimativas preliminares dos Pneus Novos a serem adquiridos foram feitas e estão documentadas adequadamente nesse Estudo.

✓ A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

**14.2.** Diante de toda a análise desenvolvida no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de execução do objeto, vantajosidade econômica e financeira, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Portanto, esta equipe DECLARA ser viável a contratação dos serviços elencados nesse Estudo Técnico Preliminar.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP	
Nome	E-mail
CHARLIE DA SILVA COELHO	<a href="mailto:charliedasilvacoelho@gmail.com">charliedasilvacoelho@gmail.com</a>
WANDO GOMES DE OLIVEIRA	<a href="mailto:wandogomes33@gmail.com">wandogomes33@gmail.com</a>
ALESSANDRA COELHO PESSÔA	<a href="mailto:alessandracoelhopessoa@gmail.com">alessandracoelhopessoa@gmail.com</a>
Anexo: Mapa de Risco	

**CHARLIE DA SILVA COELHO**  
Presidente Equipe de Planejamento  
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO

**WANDO GOMES DOS SANTOS**  
Membro Equipe de Planejamento  
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO

**ALESSANDRA COELHO PESSÔA**  
Membro Equipe de Planejamento  
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**SAÚDE**  
**SEMSA**  
Oiapoque-Ap



ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

MAPA DE RISCOS			
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3.885/2025			
FASE PREPARATÓRIA/PLANEJAMENTO/ SELEÇÃO DO FORNECEDOR/GESTÃO DO CONTRATO			
INFORMAÇÕES BÁSICAS			
<b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de Empresa para Aquisição de Pneus Novos para atender as demandas da Frota de Veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Oia Poque.			
<b>Objeto do Mapa de Risco:</b> Identificar os riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da os riscos de não se alcançar os resultados que atendam às necessidades da CONTRATANTE.			
<b>RISCO 01: FORMALIZAÇÃO INADEQUADA DA DEMANDA</b>			
<b>Probabilidade:</b>		( ) Baixa	( X ) Média
<b>Impacto:</b>		( ) Baixa	( X ) Média
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>		
1.	Levantamento inadequado do quantitativo e das especificações dos pneus poderá resultar em insuficiência para a frota da SEMSA, comprometendo a segurança dos veículos e a continuidade dos serviços de saúde.		
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Elaborar o Estudo Técnico Preliminar com base no levantamento da frota existente, tipo de veículos, dimensões e especificações técnicas dos pneus.	Equipe de Planejamento da Contratação	
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Realizar diligência junto ao setor de transporte da SEMSA para reavaliar quantitativos e especificações técnicas dos pneus.	Equipe de Planejamento da Contratação	
<b>RISCO 02: ESTIMATIVA INADEQUADA DE PREÇO</b>			
<b>Probabilidade:</b>		( ) Baixa	( X ) Média
<b>Impacto:</b>		( ) Baixa	( X ) Média
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>		
1.	Fixação de preços inexequíveis ou superiores ao mercado, ocasionando risco de fracasso do certame ou prejuízo ao erário.		
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Pesquisa de preço elaborada em consonância com os procedimentos definidos no INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, que disciplina a elaboração de pesquisa de preços.	Equipe de Planejamento da Contratação	
2.	Utilizar como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços.	Equipe de Planejamento da Contratação	
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Revisar e validar a estimativa de preços.	Equipe de Planejamento da Contratação	
<b>RISCO 03: TERMO DE REFERENCIA ELABORADO DE FORMA INCONSISTENTE</b>			
<b>Probabilidade:</b>		( ) Baixa	( X ) Média
<b>Impacto:</b>		( ) Baixa	( X ) Média
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>		
1.	Aquisição de pneus que não atendam às especificações técnicas necessárias para os veículos da frota, comprometendo a segurança e a durabilidade.		
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Setor Responsável</b>	



ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

1.	Elaborar o Termo de Referência alinhado ao ETP, contendo especificações claras quanto a dimensões, índices de carga e normas técnicas aplicáveis.	Equipe de Planejamento da Contratação
2.	Revisão e Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente	Autoridade Competente
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Setor Responsável</b>
1.	Capacitar os servidores escolhidos para a elaboração Termo de Referência.	Autoridade Competente

<b>RISCO 04: INDISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA FRENTE A VALORES ORÇADOS NO LEVANTAMENTOS DE MERCADO (AUSÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS OU FINANCEIROS)</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>		
1.	Impossibilidade de realizar a aquisição dos pneus necessários à manutenção da frota.		
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Garantir a reserva de dotação orçamentária compatível com o valor estimado da contratação.	Diretoria de Planejamento e Orçamento	
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Realizar Planejamento orçamentário a fim de realizar a aquisição da solução apresentada.	Diretoria de Planejamento e Orçamento	

<b>RISCO 05: ESTABELECIMENTO DE REQUISITOS NAO ALINHADOS A REAL NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	( X ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>		
1.	Impossibilidade de contratar a solução.		
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Envolver os requisitantes integrantes em todas as etapas da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação	
2.	Definir todos os requisitos relevantes para o atendimento à necessidade da contratação, de forma que seja possível aferir, com a maior exatidão possível, os preços e os prazos inerentes à contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação	
3.	Exigir somente os requisitos indispensáveis para o alcance dos benefícios pretendidos, a fim de maximizar a competitividade.	Equipe de Planejamento da Contratação	
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Designar pessoas técnicas para compor a equipe de planejamento	Autoridade Competente	

## 2. RISCOS NA ETAPA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

<b>RISCO 01: RECUSA DO VENCEDOR EM ASSINAR O CONTRATO</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( ) Média	( X ) Alta
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>		





ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

1.	Atraso na aquisição de pneus, comprometendo a segurança da frota e os serviços de saúde.	
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Setor Responsável</b>
1.	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência de forma a atender às reais necessidades e com preços e prazos factíveis para o mercado.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Setor Responsável</b>
1.	Convocar a próxima empresa classificada para assinar o contrato.	Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

### 3. RISCOS DE GESTÃO CONTRATUAL

RISCO 01: QUALIFICAÇÃO INSUFICIENTE DOS FISCALIS DO CONTRATO			
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( X ) Média	( ) Alta
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>		
1.	Falhas na fiscalização, recebimento de pneus em desconformidade e atraso na substituição dos pneus da frota.		
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Designar servidores com conhecimento técnico ou experiência na área de transporte/frota .	Autoridade Competente	
2.	Prover treinamento aos servidores que serão indicados.	Autoridade Competente	
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Prover treinamento aos servidores indicados.	Autoridade Competente	

RISCO 02: DESCUMPRIMENTO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS POR PARTE DA CONTRATADA			
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( ) Média	( X ) Alta
<b>Id.</b>	<b>Dano</b>		
1.	Atraso na entrega ou fornecimento de pneus fora das especificações contratadas.		
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Prever penalidades no Termo de Referência, por descumprimento de cláusulas contratuais.	Equipe de Planejamento	
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Setor Responsável</b>	
1.	Aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência.	Autoridade Competente	
2.	No caso de atraso superior ao aceitável conforme definição contratual, rescindir o contrato e convocar a próxima empresa classificada.	Autoridade Competente	



ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

RISCO 03: INADIMPLENCIA FISCAL E TRIBUTARIA PELA CONTRATADA			
Probabilidade:	( X ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( X ) Média	( ) Alta
Id.	Dano		
1.	Risco à continuidade do fornecimento dos pneus contratados.		
Id.	Ação Preventiva	Setor Responsável	
1.	Exigir e acompanhar a manutenção da regularidade fiscal durante a execução contratual.	Fiscal do Contrato	
Id.	Ação de Contingência	Setor Responsável	
1.	Aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência.	Autoridade Competente	
2.	No caso de atraso superior ao aceitável conforme definição contratual, rescindir o contrato e convocar a próxima empresa classificada.	Autoridade Competente	

**CHARLIE DA SILVA COELHO**  
Presidente Equipe de Planejamento  
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO

**WANDO GOMES DOS SANTOS**  
Membro Equipe de Planejamento  
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO

**ALESSANDRA COELHO PESSÔA**  
Membro Equipe de Planejamento  
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO